

Sen - 22 AGO 1978

Sarney confirma: emergência pode sofrer alterações

Da sucursal de
BRASILIA

Os dispositivos contidos no projeto de reformas políticas que estabelecem requisitos para a criação de novos partidos políticos e que dispõem sobre o prazo de vigência do estado de sítio, do estado de emergência e das medidas de emergência poderão ser alterados pelo governo, segundo revelou ontem o senador José Sarney (ARENA), relator da matéria na comissão mista do Congresso.

Sarney conversou ontem durante meia hora com o senador Petrônio Portella sobre as reformas, classificando o encontro de "rotina". Ele disse que está em contato com o senador Paulo Brossard, líder do MDB no Senado, para negociar a aprovação do projeto e anunciou que apenas na próxima semana deverá reunir-se com o presidente Geisel e seus assessores políticos para discutir o seu parecer "porque só então teremos as coisas mais definidas".

Segundo o relator das reformas, "os requisitos para criação de novos partidos políticos é um dos pontos que levaria à consideração do meu partido por ser um problema de natureza política de grande relevância". Entende o senador que "o número de partidos é o menos importante. Ocorre é que, se o governo mantém nas reformas o sistema de voto proporcional, sabendo que ele contribui para o pluripartidarismo, é necessário facilitar a criação de novas agremiações". Para Sarney, se interessasse ao governo a manutenção do bipartidarismo, ele teria implantado o voto distrital. "Como as reformas mantêm o voto proporcional, — argumenta o senador — temos que avaliar se os requisitos fixados no projeto são impeditivos ao objetivo do governo ou contribuem para a abertura de novos partidos, conforme se deseja."

O relator das reformas revelou que a cúpula da Arena está estudando as medidas de emergência previstas no projeto, havendo recebido sugestões para que sejam delimitados prazos para sua vigência. "É mais um assunto a ser considerado no parecer, que se vai à restringir a análise das emendas apresentadas sem incluir na matéria dispositivos que versem sobre outros assuntos", explicou.

Sarney disse que o Conselho Constitucional previsto nas reformas ainda não foi reestudado porque não foram apresentadas emendas ao artigo que institui esse órgão. E evitou mencionar se a Arena poderia propor sua extinção num projeto substitutivo às reformas, que seria apresentado na comissão mista, subscrito por um terço dos membros da Câmara e do Senado, conforme é exigido para alterações constitucionais.

Ao comentar as salvaguardas, observou o senador maranhense que "poderá ser examinada a conveniência de redução do prazo de vigência do estado de sítio e do estado de emergência", conforme sugerem emendas do senador Accioly Filho e de outros emedebistas. "Contu-

do, ainda acho que precisamos aprofundar o exame das motivações dessa redução e verificar se ela não atingiria a estrutura das medidas propostas, que buscam estabelecer a democracia com fortes instrumentos de defesa."

MONTORO

A bancada do MDB na Câmara estará reunida hoje a partir de 10 horas para discutir, entre outros assuntos, o projeto de reformas políticas do governo e a proposta de emenda constitucional, do senador Franco Montoro (MDB-SP), que restabelece as eleições diretas de governador e de todos os senadores. Ainda que não se preveja nenhuma decisão com respeito às reformas políticas, na reunião da bancada realizada semana passada, os oito oradores inscritos combateram o projeto do governo e, ao que tudo indica, vai persistir a divisão interna dos emedebistas contra e a favor da participação da oposição no exame da matéria.

O líder emedebista, deputado Tancredo Neves (MG), previu que não haverá dificuldades para que a bancada feche a questão contra a emenda do senador paulista, que será apreciada dia 24 na comissão mista de deputados e senadores. O presidente da comissão, senador Mauro Benevides (MDB-CE), convocou ontem os seus integrantes para a reunião, acertando sua realização com a liderança arenista, já que o relator da matéria deputado Inocêncio de Oliveira (Arena-PE), só retorna a Brasília nos próximos dias.

Segundo se comentava ontem no Congresso, a liderança emedebista pretende propor à Arena a aprovação da emenda do senador Franco Montoro com vigência a partir de 1982, a fim de reduzir o impacto negativo na opinião pública que causaria sua rejeição pura e simples.

Todos esses comentários foram desmentidos categoricamente pelo líder da Arena, deputado José Bonifácio, que afirmou desconhecer a linha que o relator adotara em seu parecer. "Ele está livre para decidir como bem entender e não me falou nada a respeito. Mas é um deputado de categoria e de muito critério e eu prestigio a medida que ele julgar conveniente."

Bonifácio disse que a emenda Montoro não será aprovada por causa de seu artigo 3, que revoga os pleitos indiretos que se realizarão em 1º de setembro, "tornando o senador Montoro mais forte do que o próprio presidente da República". Disse, por outro lado, que a Arena não vai aprovar a proposta com a retirada daquele artigo porque isso exigiria assinaturas de deputados e senadores, quando há outras propostas no mesmo sentido tramitando no Congresso. E concluiu: "A proposta do Montoro é tão fora de propósito e tão ridícula que não há necessidade de fechar a questão na Arena para rejeitá-la. Eles pensam que a Arena é um grupo de idiotas."